SOCIEDADE CIVIL	Associação Comercial de Marianópolis - ACIM;
	Associação de Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão - ASMUAGROEX -AMA Cantão;
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Manchete - AAFAM;
	Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins ADSTO;
	Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Tocantins - APROSOJA;
	Colônia dos Pescadores Profissionais de Araguacema-Z5-COPESCA;
	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET;
	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins- FETAET;
	Frisia Cooperativa Agroindustrial;
	Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária;
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caseara;
	Sindicato Rural de Dois Irmãos;
	Sindicato Rural de Marianópolis;
	Sindicato Rural de Pium.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto de Natureza do Tocantins

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, CONVIDA toda a população para a Audiência de Apresentação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação, que acontecerá no dia 10 de Junho de 2025, terça-feira, no Centro de Convenções de Marianópolis do Tocantins às 14:00 horas.

A audiência terá como pauta principal a apresentação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação do projeto, e acontecerá conforme programação abaixo:

- 14:00h às 14h15h: Recepção dos participantes, assinatura da lista de presença, e inscrições para o uso da palavra;
- 14h15h às 14h30h: Composição da mesa, abertura da Audiência Pública e informes iniciais;
- 14:30h às 15:30h: Apresentação da proposta do Plano De Trabalho e do Plano de Comunicação.
- 15:30h às 16:15h: Manifestação dos presentes que se inscreveram para fazer o uso da palavra.
- 16:15h às 16:45h: Deliberações.
- 16:45h: Encerramento

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025/NATURATINS/GABIN, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos que possam afetar Unidades de Conservação Estaduais ou suas Zonas de Amortecimento, nos termos da Lei nº 9.985/2000 e da Resolução CONAMA nº 428/2010.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, nomeado através do Ato 169 - NM, de 15 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6736, de 15 de janeiro de 2025, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 1.179, de 03 de agosto de 2000, e considerando o disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e na Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010, com suas alterações, resolve:

CAPÍTULO I DOS EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL NAS UCS

Art. 1º O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação Estadual (UC) ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo setor responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), somente poderá ser concedido após autorização do setor responsável pela gestão de Unidades de Conservação do NATURATINS ou, no caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), do setor responsável por sua criação.

§1º Para efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por setor responsável pela administração da UC a Gerência de Unidades de Conservação e sua Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas, no âmbito do NATURATINS.

§2º Entende-se por setor responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras a Gerência de Análise e Licenciamento Ambiental e sua Diretoria de Gestão e Regularização Ambiental, no âmbito do NATURATINS.

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º deverá ser solicitada pelo setor responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, antes da emissão da primeira licença ambiental, e a primeira manifestação técnica será realizada após avaliação dos estudos ambientais exigidos no procedimento de licenciamento.

§1º O setor responsável pela gestão de Unidades de Conservação facilitará o acesso às informações ao empreendedor ou seu representante.

§2º Na existência de Plano de Manejo publicado da UC, este deverá ser considerado para orientar a avaliação dos impactos.

Art. 3º O setor responsável pela gestão de Unidades de Conservação decidirá, de forma motivada:

- I - Pela emissão da autorização;
- II - Pela exigência de estudos complementares;
- III - Pela incompatibilidade da alternativa apresentada com a UC;
- IV - Pelo indeferimento da solicitação.

§1º A autorização fará parte do processo de licenciamento e poderá estabelecer condicionantes técnicas.

§2º Os estudos complementares deverão ser definidos de forma única e completa, vedada a reiteração de novas demandas, salvo quando decorrentes de complementações anteriores.

§3º O não cumprimento do prazo acordado para envio dos estudos pelo empreendedor ensejará o arquivamento da solicitação.

§4º No caso de indeferimento, o empreendedor será notificado e poderá requerer a revisão da decisão.

§5º Caso se verifique incompatibilidade, poderão ser apresentadas novas alternativas para viabilizar o empreendimento com a UC.

Art. 4º Se o empreendimento afetar duas ou mais UCs estaduais, o setor responsável pela gestão de Unidades de Conservação consolida as manifestações técnicas no processo de licenciamento.

§1º Afetando duas ou mais UCs de entes diferentes, o setor responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, encaminhará o processo aos órgãos gestores responsáveis pelas referidas UCs.